

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA

CNJ tira do ar dados de produtividade dos juízes

Banco de dados permitia monitorar o trabalho de magistrados

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

Por decisão da corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Nancy Andrighi, o Justiça Aberta, banco de dados que permite o monitoramento do trabalho de magistrados, foi desativado. Com isso, juízes de todo o Brasil foram desobrigados de enviar ao CNJ dados mensais sobre a produtividade de suas jurisdições. As informações sobre o número de processos julgados e as pilhas de casos na fila de espera não estarão mais à disposição do cidadão, que ficará sem informações sobre a qualidade da gestão do Judiciário.

O CNJ informou que não há previsão para que o Justiça Aberta seja reativado, mas afirma que está “trabalhando para a definição de novo modelo automatizado

de dados, somente para o setor de estatística dos tribunais”. Segundo o conselho, “a forma de alimentação era manual e erros de digitação comprometiam a base de dados”.

Os únicos órgãos vinculados ao Judiciário ainda obrigados a prestar informações ao CNJ são os cartórios, em periodicidade semestral. Os dados sobre rendimentos e atividades dos cartórios ainda são lançados no banco de dados do Justiça Aberta.

Neide de Sordi, que dirigiu o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e hoje é pesquisadora do Instituto Brasiliense sobre Direito Público, lamenta a falta de informações sobre o trabalho dos magistrados. Ela ajudou a elaborar o ID-Jus, indicador que busca aferir o desempenho nas justiças estadual, federal e do trabalho.

Eliana Calmon, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ex-corregedora do CNJ, disse que com preocupação a postura adotada pela atual gestão do conselho.

Judiciário é menos transparente que outros poderes

Agência O Globo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) completou dez anos no dia 14 do mês passado ignorando uma de suas principais funções: dar transparência ao Poder Judiciário. Além da desativação do Justiça Aberta, outra marca negativa registrada pelo CNJ é a falta de regulamentação da Lei de Acesso à Informação, em vigor há mais três anos. Sancionada em 16 de maio de 2012, a lei estabelece que o CNJ é o órgão responsável pela análise de pedidos de informação negados pelos tribunais de todo o país. O julgamento de recursos, entretanto, não ocorre porque a regulamentação não foi levada ao plenário do conselho. Desta forma, o Judiciário é o poder menos adequado à legislação, embora ainda haja problemas tanto no Executivo quanto no Legislativo.

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Juiz ganha auxiliar para julgar casos investigados pelo Gaeco

LONDRINA

Fábio Silveira, do J1.

A 3.^a Vara Criminal de Londrina ganhou uma juíza auxiliar, Débora Penna, para dividir com o titular, Juliano Nanuncio, os processos que tramitam nessa instância. Teoricamente a medida ameniza a carga de trabalho de Nanuncio, que está à frente das ações penais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que envolvem o governo do estado, como as operações Voldemort e Publicano. Mas não atende à reivindicação de setores da sociedade londrinense: um juiz exclusivo para o caso dos auditores da Receita Estadual acusados de integrar a “organização criminosa” cujo objetivo seria favorecer a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

O argumento é que o juiz exclusivo garantiria agilidade nos julgamentos e afastaria o risco de prescrição das penas, como já aconteceu com algumas ações referentes ao caso Ama/Comurb, investigado entre 1999 e o começo dos anos 2000 e que envolve o ex-prefeito Antonio Belinati.

Respondendo questionamentos feitos pela reportagem, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) informou que “quando as varas têm um número muito grande de processos, o TJ pode designar juízes auxiliares para atender à demanda”. Mas no caso da 3.^a Vara Criminal, o juiz auxiliar não é designado “especificamente para determinado processo ou operação, mas para

auxiliar nos processos que tramitam na vara indistintamente”.

Bandeira

Na próxima quinta-feira (16), o Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná, o Sindiprol e o movimento “Vai Gaeco” realizam um debate público para discutir as investigações do Gaeco e as dificuldades que vêm pela frente. Uma das bandeiras das entidades é que Nanuncio trabalhe exclusivamente nas ações que envolvem o Gaeco.

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Votação da LDO deve ser concluída hoje

■ A Assembleia Legislativa do Paraná deve concluir nesta terça-feira (14) a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016. O texto passará pela terceira votação e será encaminhado para sanção do governador Beto Richa. A LDO determina parâmetros para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviada pelo Executivo à Assembleia até agosto e votada até o fim do ano.

Os deputados estaduais reduziram de 15% para 7% a margem de manobra do Executivo na execução do orçamento no ano que vem. O texto prevê gastos de R\$ 41,7 bilhões em 2016. O Executivo terá cerca de R\$ 3 bilhões para transferir entre rubricas do orçamento, sem autorização do Legislativo. O Tribunal de Justiça receberá 9,5% do orçamento; o Ministério Público, 4,1% e a Assembleia Legislativa 5%, sendo que parte desses recursos (1,9%) será repassada ao Tribunal de Contas. (LL)

FUNCIONALISMO

Deputados aprovam em definitivo o reajuste de 8,17% para Judiciário, MP, TCE e Defensoria

■ O plenário da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou nesta segunda-feira (13) o texto final dos projetos de lei que reajustam os salários dos servidores efetivos e comissionados do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. A correção salarial é 8,17%, retroativos a maio deste ano. Os projetos de lei serão encaminhados para sanção do governador Beto Richa.

A aprovação desse projeto foi polêmica, pois deputados da oposição queriam que o índice de 8,17% fosse aplicado também aos salários dos servidores da Assembleia, que acabaram tendo que contentar com 3,45%, mesma correção dos salários dos servidores do Executivo. (LL)

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Curitibano sai às ruas contra a redução da maioria penal

Daniel Zanella,
especial para a Gazeta do Povo

I Ao som de bumbos e gritos de ordem — “Pula! Sai do chão! Quem é contra a redução! —, o movimento Paraná Contra a Redução da Maioridade Penal reuniu, na noite desta segunda-feira (13), aproximadamente 200 pessoas no Centro de Curitiba. O foco crítico foram os projetos de lei que buscam diminuir de 18 para 16 anos a maioria penal no país.

A concentração começou na Praça Santos Andrade, por volta das 18 horas. Com cartazes, faixas, bexigas e chapéus, voluntários distribuíram camisetas e cópias do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 25 anos. “Começamos a planejar esse ato público em abril. Decidimos por uma passeata alegre, colorida, sem tom de luto”, afirmou Camila Fronza, advogada, professora de Direito Penal e uma das organizadoras do evento.

Antes de iniciar a caminhada, que se encerrou na Boca Maldita, diversos líderes de movimentos sociais usaram o megafone — que não estava muito bom — para defender a atual legislação. “Estamos acompanhando com muita aflição as agitações dessa ala conservadora que acredita que mais gente na cadeia irá melhorar o quadro de segurança pública do país”, comentou Vinicius Nogueira, integrante da comissão do Paraná Contra a Redução da Maioridade Penal. “De fato, o que teremos é um grande retrocesso”, enfatizou.

Além de cartazes atacando o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (que determinou a segunda votação do projeto, mesmo após a maioria ter sido mantida em 18 anos), a manifestação também realizou coreografias no calçadão da XV. Com o filho Matheus, de seis meses, protegido no carrinho de bebê por duas cobertas, Márcia Regina Santos, socióloga e militante do movimento negro, se referiu aos recentes ataques aos direitos dos adolescentes como um reflexo do crescimento de uma bancada política retrógrada.

“Não existe nenhum dado no Brasil que comprove que o sistema carcerário diminui a violência. Os crimes hediondos cometidos por menores de idade não chegam a 1%. É falsa a ideia de que não há punição às infrações praticadas por eles. E, como bem sabemos, o sistema prisional não recupera ninguém”, alega.

“Decidimos por uma passeata alegre, colorida, sem tom de luto.”

Camila Fronza organizadora do ato

DIREITOS HUMANOS

Ato em SP celebra 25 anos do ECA e pede fim da PEC que reduz idade

I Cerca de 4 mil pessoas ligadas a movimentos de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes, de moradia e em defesa dos direitos humanos participaram nesta segunda-feira (13), na Praça da Sé, em São Paulo, de um ato em comemoração aos 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Organizado pela Frente Nacional contra a Redução da Idade Penal, o evento pediu o fim da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a idade penal de 18 para 16 anos. Para as entidades organizadoras, o projeto é um “retrocesso” ao ECA. “Não se pode discutir mudança em medida sócioeducativa sem que o estatuto seja cumprido em sua plenitude. Para o menor de idade, ficar três anos internado é significativo”, afirmou Pedro Hartung, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Para Fábio José Garcia, também do Conanda, a PEC não pode levar em conta a “opinião” do Congresso e da sociedade. “Essas leis foram feitas com base em estudos e o ECA é técnico, não opinativo. Somos contra a redução e maior tempo de internação.”

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Propina mensal

Em uma nova fase da Operação Panaceia, desencadeada na manhã desta segunda-feira (13), policiais do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) prenderam na região Oeste do Paraná o prefeito de Ibema, Antonio Borges Rabel (DEM). Ele é suspeito de receber mensalmente propinas que variavam de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil, pagas por empresas que fornecem medicamentos à prefeitura. O Gaeco investiga ainda fraude na licitação de medicamentos. O mandado de prisão temporária foi expedido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) porque o prefeito tem foro privilegiado. No mês passado, seis pessoas suspeitas de participarem do esquema criminoso foram presas, entre elas secretária de Saúde de Ibema, Eunice Vieira de Lara, o secretário de Administração, Valdir Roberto Scheifer e o dono da empresa FernaMed, Gelson Martins Teixeira. O advogado Gilvano Colombo, defensor de Rabel, disse que não poderia se manifestar porque ainda não teve acesso ao processo que expediu a prisão.

SUSPEITA

Ex-donos de orfanato em SP são investigados por tráfico de bebês

Um casal que nas décadas de 1980 e 1990 administrou o orfanato Lar da Criança Menino Jesus, em São Paulo, é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) pela suspeita de ter vendido crianças para estrangeiros. Dois casos de doação ilegal já foram confirmados, mas o MPF suspeita que houve outros. Guiomar Morselli, de 79 anos, e o marido Franco Morselli já foram investigados nas esferas criminal e cível. Como os casos ocorreram há muito tempo, o processo criminal foi arquivado por prescrição. Na esfera cível, o MPF impetrou dia 14 de maio ação civil pública para tentar condenar o casal a pagar indenização por danos materiais e morais às pessoas que, quando bebês ou crianças, foram enviadas ilicitamente ao exterior. Um dos casos confirmados é de Charlotte Cohen-Tenoudji, 28 anos. Em 1987 ela foi entregue a um casal francês que teria pago R\$ 100 mil. Maltratada pelos pais adotivos, ela voltou ao Brasil em 2012. Procurado na segunda-feira (13), por telefone, o casal não foi localizado.

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

➤ DILMA E LEWANDOWSKI

Reunião "secreta" em Portugal piora o clima no Congresso

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O encontro fora da agenda entre os presidentes da República, Dilma Rousseff, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, em Portugal, piorou o ambiente das relações entre governo e oposição no Congresso Nacional. Os dois se reuniram na última terça-feira na cidade do Porto por intermediação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A versão de ambos é que a conversa tratou apenas do reajuste de 53% a 78,56% a servidores do Judiciário, aprovado pelo Senado no dia 30 de junho.

Dilma teria apresentado uma série de planilhas a Lewandowski que comprovariam a impossibilidade de conceder o aumento, que geraria um gasto extra de R\$ 25,7 bilhões em quatro anos. Parlamentares da oposição tem demonstrado, desde sexta-feira, desconfiança sobre o teor do encontro. A reunião só se tornou pública após reportagem do blog do jornalista Gerson Camarutti, no Portal G1, dois dias depois da conversa.

"Em primeiro lugar, é inadmissível um encontro desses, às escuras, fora do Brasil. Em segundo lugar, não dá para conceber que a presidente tenha procurado o presidente do Judiciário excluindo o Legislativo, que é quem vota o reajuste", afirma o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR).

Secretário de Assuntos Internacionais do PSDB, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR) diz que o partido está estudando tomar providências formais sobre o assunto. "Reunião de chefe de poder tem que ser feita em Brasília, à luz do dia. É mais um episódio que deixa o país estarrecido pela falta de espírito republicano", diz ele.

Bueno e Hauly veem que o ambiente criado na reunião era propício para debater outros temas, como o alcance da Operação Lava Jato. "Quando você vê um encontro desses, num país estranho, a primeira coisa que vem à cabeça de qualquer brasileiro é: o que eles estão conversando? Ainda mais em um momento de crise, é muito inadequado", afirma o parlamentar do PPS.

Dilma estava a caminho da Rússia e fez escala técnica em Portugal para reabastecer o avião presidencial. Lewandowski e Cardozo participavam de um seminário sobre Direito em Coimbra, cidade que fica 122 quilômetros ao sul do Porto.

"Essa notícia só veio à baila por um fufo de reportagem, e o vergonhoso disso tudo é que esse fufo foi dado por traição de assessores da presidente. Foi um encontro na calada da noite. Não havia necessidade", disse em discurso o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI).

Em resposta, Erika Kokay (PT-DF) afirmou que o Parlamento não pode se pautar por "notícias que saem em blog". "A presidenta da República tem o direito e o dever, eu diria, de conversar com os presidentes de outros poderes; isto faz parte da lógica republicana. Então, vamos preservar o caráter republicano da presidenta", disse a petista.

"Quando você vê um encontro desses, num país estranho, a primeira coisa que vem à cabeça de qualquer brasileiro é: o que eles estão conversando?"

Rubens Bueno, líder do PPS na Câmara dos Deputados.

Corrupção bancou festas e prostitutas de luxo

Apenas uma garota recebeu R\$ 20 mil pelo programa, segundo relatos

IO dinheiro desviado da Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato, foi além de bancar campanhas políticas. Serviu também para saciar os desejos de políticos e diretores da estatal. Reportagem publicada nesta segunda-feira (13) pelo jornal *Folha de S. Paulo* revela que uma parte da propina foi gasta com a contratação de prostitutas de luxo, muitas delas com passagem por programas de televisão e capas de revistas.

A revelação foi feita pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Lava Jato, e pelo representante dele, Rafael Angulo Lopez, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

Segundo contabilidade interna do doleiro, só em 2012 foram gastos R\$ 150 mil com prostituição de luxo.

Na planilha, os pagamentos relacionados à contratação de mulheres eram contabilizados como "artigo 162", referência ao número do endereço de uma cafetina chamada Jô, e "Monik". Segundo a reportagem da *Folha de S. Paulo*, há lançamentos de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. Muitas meninas iram receber diretamente no escritório de Youssef.

Festas animadas por essas mulheres também custavam caro. Em um delas, em um importante e conhecido hotel de São Paulo, foram gastos R\$ 90 mil apenas em bebidas, segundo a reportagem.

Entre os pertences de um importante ex-diretor da Petrobras foi encontrado um comprovante de transferência no valor de R\$ 6 mil para uma garota bastante conhecida no meio artístico.

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

DEPOIMENTO

Pagamentos foram para “jornalismo pago”, diz editor

O coordenador-geral da Editora Gráfica Atitude, Paulo Roberto Salvador, afirmou nesta segunda-feira (13) em depoimento à Justiça Federal que os pagamentos do empresário Augusto Mendonça, delator da Operação Lava Jato, à editora não foram para veiculação de propaganda, mas para patrocinar “jornalismo pago” com a publicação de reportagens de interesse do setor do petróleo.

Segundo a delação premiada de Mendonça, os repasses de R\$ 2,4 milhões de suas empresas à editora ligada ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto foram usados para quitar o pagamento de propina à diretoria de Serviços da Petrobras, cujo operador, segundo o Ministério Público Federal, era Vaccari. Mendonça disse que procurou a editora após pedido de Vaccari.

O depoimento de Salvador foi dado em uma das ações penais contra Vaccari na Operação Lava Jato. Ele foi arrolado como testemunha de defesa do ex-tesoureiro. A editora pertence a sindicatos próximos ao PT.

JUSTIÇA

Moro nega acesso da CPI a depoimento de delator que envolveu José Dirceu

O juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal do Paraná, indeferiu pedido da CPI da Petrobras, que desejava obter o conteúdo do depoimento do delator Milton Pascowitch, concedido à força-tarefa da Operação Lava Jato no último dia 29 de junho. Pascowitch ficou preso por 39 dias e, para ganhar a liberdade vigiada (está em prisão domiciliar em São Paulo), falou de sua relação com o ex-ministro José Dirceu. Segundo Pascowitch, o dinheiro que sua empresa, a Jamp, pagou a Dirceu era propina e não por consultoria prestada pelo ex-ministro, como ele alegava. Para o juiz, apesar de “inovidável o relevante papel fiscalizatório exercido pela Câmara dos Deputados, o fato é que o sigilo do acordo de colaboração premiada e de seus depoimentos é imperativo que decorre de lei, sendo defeso a este juízo transgredi-lo, ainda que assumido o compromisso de sigilo pelo presidente da CPI”. A decisão foi uma resposta ao deputado Hugo Motta, presidente da CPI da Petrobras, que pediu o conteúdo da delação.

VETO AO REAJUSTE DO JUDICIÁRIO

Na reunião de coordenação política, ficou praticamente definido que o reajuste de 53% a 78,5% ao Judiciário, aprovado pelo Congresso, será vetado pela presidente Dilma Rousseff. O governo tenta negociar um percentual menor com o poder, além de buscar alternativas para o reajuste dos servidores do Executivo. “Estamos conversando com o Judiciário para definir cenários alternativos – 16%, 17%, 18%, 19%”, disse o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

14 JUL 2015

GAZETA DO POVO

OBITUÁRIO

Rosselini Carneiro, 53 anos.
Profissão: juiz. Filiação: Murilo
de Jesus Carneiro e Eva
Carneiro. Sepultamento hoje,
em local a definir, saindo da
Capela Municipal de
Marmeleiro - PR.

RUY BARROZORUY BARROZO

14 JUL 2015



Publicado 13 de julho de 2015

Nota de falecimento

Faleceu na manhã desta segunda-feira o Juiz de Direito da 2a. Vara de Execuções Fiscais Municipais – Rosselini Carneiro.

Tão logo tivermos horário e local de velório e enterro, divulgaremos.

Nossas condolências a família!

14 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha discute impeachment com ministro do Supremo

Encontro do presidente da Câmara com Gilmar Mendes ocorreu na quinta (9)

Cunha discute impeachment com ministro Gilmar Mendes

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), reuniu-se com o ministro do Supremo Gilmar Mendes e com o deputado Paulinho da Força (SDD-SP) para avaliar, entre outros assuntos, impeachment da presidente Dilma Rousseff. O encontro ocorreu na quinta-feira (9).

Cunha nega ter tratado do tema. Já Mendes confirma a discussão, mas diz que foi lateral. Conforme a **Folha** apurou, a crise política foi discutida em detalhes

Peemedebista negou ter falado sobre o assunto; Mendes confirmou, mas disse que o tema foi tratado de forma lateral

MARINA DIAS
NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), reuniu-se com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes e com o

deputado Paulinho da Força (SDD-SP), dirigente da segunda maior central sindical do país, para avaliar, entre outros temas, cenários da atual crise política, incluindo um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O encontro, um café da manhã na residência oficial da Presidência da Câmara, se deu na última quinta-feira (9).

Procurado, o peemedebista negou ter tratado do assunto. Já Mendes confirmou que as condições de permanência de Dilma no cargo foram discutidas —porém, diz ele, de forma lateral.

“O tema central da conversa foi o Código de Processo Civil, mas esses assuntos correram. Ele [Cunha] falou dos problemas de impeachment, esses cenários todos”, afirmou o ministro à **Folha**.

“O que tenho dito é que é preciso ter provas quanto ao abuso de poder econômico e político. Havendo provas, muito provavelmente se chega a uma votação de expressão”, explicou.

Segundo a **Folha** apurou, o agravamento da crise foi discutido em detalhes.

Os presentes fizeram uma primeira avaliação do cenário no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), onde a chapa de

Dilma é investigada por supostas irregularidades nas contas da campanha. E chegaram à conclusão de que o processo contra a petista dificilmente será aprovado no tribunal.

A corte está dividida e, segundo a avaliação do trio, apenas um fato inequívoco de irregularidade seria capaz de fazer o TSE reverter o resultado das eleições de 2014.

Diante disso, Paulinho da Força afirmou, conforme relatos, que um processo de impeachment da presidente só iria para frente por meio de um acordo que passasse por quatro pessoas: Cunha, o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o presidente do PSDB, Aécio Neves (MG).

Um arranjo desses, segundo os desenhos projetados, resultaria em uma espécie de “parlamentarismo branco” a partir de um eventual impeachment: Temer compartilharia o poder com os presidentes do Congresso e governaria em uma espécie de triunvirato até as eleições de 2018.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 JUL 2015

Gilmar Mendes, hoje presidente interino do TSE, confirmou à **Folha** que a conversa perpassou sobre a divisão do plenário da corte. “É possível que se tenha falado da contagem de votos, coisa do tipo. É possível que eu tenha dito que, dependendo das provas do processo, pode até ter unanimidade”, afirmou. “Caso haja provas substanciais, minha expectativa é que haja unanimidade, mas não disse que só se poderia cassar por unanimidade”, concluiu o ministro.

Já o presidente da Câmara deu versão distinta: “Eu não tenho intimidade com ele [Gilmar] para tratar de um assunto assim. A frase do Paulinho foi a seguinte: se, com 513 [deputados na Câmara], as pessoas ficam na dúvida, imagine com sete [ministros do TSE]”, disse Cunha à **Folha**. “Tratamos do Código de Processo Civil. Longe de ter passado essa conversa comigo.”

No encontro, segundo apurou a **Folha**, os presentes também fizeram um diagnóstico da dificuldade de abrir um processo de impedimento na Câmara contra Dilma, pois são necessários pelo menos 342 votos a favor.

Um parlamentar disse à reportagem que o clima político para isso só estará “mais maduro” depois que o TCU (Tribunal de Contas da União) julgar as contas de 2014 do governo. Sob condição do anonimato, ele afirmou ter participado de pressão sobre o TCU para adiar de julho para agosto a votação e, com isso, coincidir com a volta do Congresso do recesso. Hoje, a tendência da corte é reprovar as contas. Caso isso ocorra, o Congresso dá a palavra final sobre um impeachment.

No Planalto, apesar de o discurso ser o de que nenhuma das possibilidades de afastamento seja juridicamente viável, há preocupação com os cenários no TCU e no TSE.

CONTINUA

DOIS CAMINHOS

Para cassação ou impeachment, é preciso apoio de ministros e parlamentares

NO TCU

1 O que é:

O TCU (Tribunal de Contas da União) vai julgar em agosto se houve irregularidade nas contas do governo relativas ao ano de 2014

2

Suspeitas:

Auditor do TCU concluiu que a gestão Dilma acumulou dívidas muito superiores às reconhecidas na contabilidade oficial, camufladas por meio de manobras conhecidas como "pedaladas fiscais"

3 O que pode acontecer:

Uma decisão desfavorável do TCU abrirá caminho para a rejeição das contas de Dilma no Congresso e um pedido de impeachment da presidente, para que ela seja afastada do cargo e processada

4

Cenário:

Caberá ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), submeter ao plenário o pedido de impeachment. Se Dilma for afastada, o vice, Michel Temer (PMDB), assume

NO TSE

1 O que é:

Ação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) investiga abuso de poder e financiamento irregular na campanha de Dilma em 2014

2

Suspeitas:

Delator da Lava Jato, o empreiteiro Ricardo Pessoa diz ter feito doação legal de R\$ 7,5 milhões à campanha por temer prejuízos em negócios com a Petrobras. Além disso, governo teria segurado a divulgação de dados negativos durante as eleições

3

O que pode acontecer:

Caso sejam comprovadas irregularidades, Dilma e Michel Temer perdem o mandato. Eduardo Cunha assume a presidência por 90 dias e convoca novas eleições

4

Cenário:

Sete ministros do TSE irão julgar o pedido de cassação. Três deles tendem a votar contra o governo e três a favor. O voto do ministro Luiz Fux é considerado indefinido

14 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Dilma não é Collor, diz Aloysio

BRASÍLIA - Vice na chapa de Aécio Neves em 2014, o senador Aloysio Nunes pede cautela com a pregação pela derrubada de Dilma Rousseff. O tucano se diz preocupado com o acirramento dos ânimos e recomenda prudência aos colegas da oposição. "No momento, não vejo base para o impeachment. Não se pode brincar com isso", afirma.

Aloysio diz ver pouco em comum entre a presidente e Fernando Collor, afastado em 1992. "O que há de semelhante é a decepção do eleitorado com as mentiras da campanha. Mas as diferenças entre os dois são evidentes", observa o senador.

"Collor era um político sozinho, sem partido, e teve um comportamento pessoal chocante como presidente. Era um personagem burlesco no poder. Dilma tem respeitabilidade pessoal, tem um partido e tem o apoio de movimentos sociais."

Para o tucano, um pedido de impeachment pode jogar o país num ambiente de instabilidade. "Esses processos demoram, geram tensionamento. Pode haver um desdobramento dramático", alerta. "O clima de radicalização é preocupante. O Lula vai tentar mobilizar esse pessoal, e a Dilma dá a impressão de que não vai se render facilmente. Ela vai brigar, vai lutar pelo mandato."

Aloysio diz que a oposição deve refletir sobre as consequências de um afastamento da presidente. "Muita gente no PMDB está excitada com a hipótese de a Dilma sofrer impeachment e o Temer assumir", ironiza. Para ele, o PSDB não deverá aderir automaticamente a uma eventual gestão do vice. "Talvez seja o ideal para o Lula. A gente entra no governo, e ele fica livre para fazer oposição e sair candidato em 2018."

O tucano foi apontado pelo empreiteiro Ricardo Pessoa, delator da Lava Jato, como destinatário de dinheiro de caixa dois. Ele sustenta que só recebeu doações legais e afirma viver uma "situação kafkiana". "É absurdo imaginar que eu tivesse influência na Petrobras. Seria um crime impossível", diz o senador.

14 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

O desembargador Clayton Camargo gostaria de deixar claro que sua crítica (“Desembargador investigado pelo CNJ afirma ter sido injustiçado”, “Poder”, folha.com/no1652661, 7/7) se refere à antiga corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), da época da instauração do PAD (Processo Administrativo Disciplinar), jamais à atual corregedoria. Também gostaria de esclarecer que a venda de sentença não faz parte do procedimento originário do afastamento. Na realidade, faz parte de um inquérito em trâmite no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e partiu de uma denúncia infundada de uma advogada. O desembargador representou contra essa advogada pelo cometimento de crime contra a honra. O TJ-PR encaminhou os autos ao MP para oferecimento de denúncia, o que deve ocorrer em breve.

RODRIGO MUDROVITSCH, advogado do desembargador Clayton Camargo (Brasília, DF)

14 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LINHA CRUZADA

A Defensoria Pública de São Paulo entrou com ação na Justiça para obrigar a Vivo a instalar piso tátil no entorno de todos os orelhões do Estado para facilitar a identificação por pessoas com deficiência visual. O órgão diz que só tomou a decisão porque não conseguiu acordo extrajudicial com a empresa.

LINHA 2

A Vivo afirma que não foi notificada do processo.

Preconceito e injúria racial no Brasil contemporâneo

O Brasil contemporâneo presencia uma crise política e a rejeição aos modelos de sociedade, guardiães de estruturas políticas ultrapassadas, que não conseguem proporcionar vida cotidiana digna para todos os cidadãos.

Durante a década de 70, nas entranhas do crescimento do Estado Autoritário brasileiro, a necessidade de mudança para um estado democrático cristalizou a necessidade de organização e ação dos sujeitos/participantes em movimentos organizados. A centralidade estava na efetivação dos direitos sociais e na emergência de novos sujeitos – minorias – nas instâncias de poder. Passados os anos 80, 90 até a atualidade, diante do afastamento dessa centralidade pelas facções de esquerdas e centro-esquerda e decepções com relação às ações realizadas pela política partidária, ações coletivas alimentaram as esperanças de múltiplos coletivos nas redes sociais em direção à construção de uma nova sociedade.

Nesse processo, radicalismos despontaram e abriram as portas para posições preconceituosas, tanto de gênero como de raça e classes sociais. O preconceito racial não é exatamente visível em decorrência da ambiguidade da sociedade brasileira. A raça aparece enquanto cor, fundada sobre marcadores fenotípicos (textura dos cabelos, cor da pele, formato do nariz e lábios) e culturais e sociais (empoderamento econômico, colocação no mercado de trabalho e em funções de poder de decisão). O preconceito ligado ao período colonial escravagista permanece através da simbologia das cores (claro/bom, escuro/ruim), adensado pelas teorias racistas do século 19 e de classe, deixando marcas socioculturais conservadoras que necessitam de desconstrução.

Estudiosos do Brasil revelam que comportamentos conservadores se manifestam expressivamente muito mais nas camadas altas e médias remanescentes da classe senhorial do que nas classes baixas. A discriminação de gênero, raça e classe é um mecanismo de privilégio de classe. Em uma sociedade que se organiza de forma de-

sigual qualquer preconceito manifesta-se atrelado ao da posição social dos indivíduos no meio social. A Carta Cidadã em seu artigo 5º, inciso XLII versa sobre a prática do racismo como “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”. Em seu artigo 3º, defende uma sociedade sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como um dos objetivos fundamentais da República.

Presenciamos cotidianamente nas ruas, nas escolas, no trabalho e nas redes sociais manifestações de cunho racista ou de injúria racial. Existe diferença entre racismo e a injúria racial que é crime de ação penal.

O Estado brasileiro comprometeu-se com os movimentos sociais em sua Constituição e a adotar, oficialmente, as proposições das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Declaração de Durban, que pretende elimi-

nar o racismo, preconceito e discriminação de qualquer ordem e Conferências sobre a Mulher.

O combate é responsabilidade primordial do Estado por meio de políticas de ação afirmativa para grupos vulneráveis e punições para os preconceituosos e também de todo cidadão. Medidas que se encontram diretamente vinculadas à luta pela prevalência do princípio da não discriminação.

Com base nos avanços históricos dos movimentos

sociais e do Estado brasileiro, expressos na Constituição de 1988, precisamos problematizar os retrocessos em que o país está vivendo. Precisamos adensar as fileiras dos grupos-coletivos que lutam contra preconceito de raça/etnia, gênero, idade, deficiência física e mental entre outros. Não devemos aceitar alarmantes injúrias e preconceitos raciais praticados tanto nas redes sociais como em qualquer lugar. Vamos lutar todos os dias para eliminar essas práticas no Brasil. Vamos caminhar na direção de um país e mundo mais tolerante que respeite os Direitos Humanos.

ROSANA SCHWARTZ é professora de sociologia da Universidade Mackenzie em São Paulo

“

*O preconceito racial
não é exatamente
visível em
decorrência da
ambiguidade da
sociedade brasileira*

14 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP pede providências sobre políticos citados na Publicano

Informações do eventual envolvimento do governador, do deputado Tiago Amaral e de um conselheiro do TC foram encaminhadas à PGJ

Loriane Comeli

Reportagem Local

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime (Gaeco) de Londrina, que atua em parceria com o Ministério Público (MP), encaminhou na última sexta-feira à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) informações acerca de eventual envolvimento de autoridades com foro privilegiado nas denúncias de corrupção na Receita Estadual de Londrina. Os políticos citados durante as investigações foram o governador Beto Richa (PSDB) e o deputado estadual Tiago Amaral (PSB). A reportagem apurou que também constam declarações envolvendo um conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná.

Segundo o coordenador do Gaeco, promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, o comunicado inclui cópia de depoimentos nos quais os "detentores de foro por prerrogativa de função são citados". "Caberá, então, ao procurador-geral de Justiça determinar os encaminhamentos que julgar cabíveis", disse.

No caso de Beto, ele foi citado pelo auditor Luiz Antonio de Souza, delator do esquema que está preso desde janeiro, após ser flagrado com uma adolescente em um

motel. Em seus depoimentos, declarou que a campanha de reeleição de Beto, no ano passado, teria sido beneficiada com mais de R\$ 4 milhões provenientes de propina paga por empresários achacados por auditores da Receita do Paraná.

Em Londrina, o dinheiro teria sido arrecadado por ordem do auditor Márcio de Albuquerque Lima, a mando de Luiz Abi Antoun, parente distante do governador. Abi, embora não exercesse função pública, era o gestor político do esquema na Receita, segundo denúncia do MP. Tanto o governador quanto o PSDB negam qualquer irregularidade na arrecadação na campanha de reeleição.

Já Tiago Amaral, em 2012, antes de ser eleito, teria entregue R\$ 33 mil de propina para um auditor da Receita a pedido de um empresário do setor de revenda de máquinas agrícolas, de quem era advogado. A denúncia foi feita pelo próprio empresário em depoimento ao Gaeco. Além disso, Tiago teria intermediado a negociação entre os auditores corruptos e o empresário, que queria agilidade na liberação de créditos tributários. A defesa do parlamentar diz que ele jamais participou de tal esquema.

Tiago, por ser deputado, tem foro para responder processos criminais no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Já o governador e conselheiros do TC têm foro no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CONTINUA

14 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



"Caberá ao procurador-geral de Justiça determinar os encaminhamentos que julgar cabíveis", afirmou o coordenador do Gaeco, Jorge Fernando Barreto da Costa

14 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Corrupção e prostituição

A corrupção na Receita Estadual e o aliciamento de crianças para prostituição em Londrina serão tema de debate na próxima quinta-feira, às 19h30, na Câmara de Londrina. Vão participar do evento os promotores Leila Schmidt e Jorge Barreto, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco); e Renato de Lima Castro, promotor de Defesa do Patrimônio Público; e as promotoras Susana de Lacerda e Caroline Esteves, da 6ª Vara Criminal. O debate "Desafios do combate ao crime organizado" é promoção conjunta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina, do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (Sindiprol/Aquel) e do "Vai Gaeco", grupo que reúne mais de 15 mil seguidores nas redes sociais.

14 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Ibema tenta destruir provas e é preso pelo Gaeco

Edson Ferreira

Reportagem Local

O prefeito de Ibema (Oeste), Antônio Borges Rabel (DEM), foi preso preventivamente ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no desmembramento da operação Panaceia, acusado de receber propina de empresas que fornecem remédios ao município, após terem vencido licitações supostamente fraudulentas. Rabel, que teve a prisão decretada pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, teria tentado destruir documentos relacionados à investigação. Ele estava em casa e foi levado para a 15ª Subdivisão de Polícia Civil de Cascavel (Oeste).

Segundo a promotora de Justiça e coordenadora do Gaeco, Juliana Vanessa Stofela da Costa, após uma denúncia anônima os investigadores identificaram documentos já rasgados que estavam sendo descartados pelo prefeito de Ibema. "Houve a apreensão do material, foram feitas reconstruções e até colagens dos papéis pela nossa equipe e foi possível verificar que eram notas fiscais e outros materiais relacionados à investigação." Esses indícios teriam sido apresentados no pedido de prisão.

Na primeira fase da operação, no mês passado, o então secretário de Administração Valdir Roberto Scheifer, a secretária de Saúde, Eunice Vieira de Lara, uma servidora municipal lotada na Secretaria de Saúde, e três empresários ligados à distribuidoras de medicamentos, sediadas em Cascavel. Eles são réus em ação penal sobre corrupção ativa e passiva, peculato e receptação, que tramita no Fórum de Catanduvas (Oeste) sobre o caso. Na ocasião o Ministério Público (MP) cumpriu 16 mandados de busca e apreensão na prefeitura de Ibema, em residências de servidores e empresários, farmácias, hospital e posto de saúde. Na ocasião também foram apreendidos computadores, documentos, medicamentos, R\$ 26 mil em dinheiro e R\$ 30 mil em cheques. A Justiça de Catanduvas também determinou, à época, o bloqueio de bens imóveis, veículos e contas bancárias dos investigados.

Juliana revelou que Rabel recebia propina das distribuidoras de remédio mensalente. "De mil reais a R\$ 5 mil." Somente em propina, o Gaeco calcula que os empresários pagaram mais de R\$ 120 mil. "Havia notas fiscais frias que eram pagas pela prefeitura sem a entrega dos medicamentos. Houve casos de cidadãos que passaram

mal porque consumiram remédios vencidos", explicou a promotora.

O advogado do prefeito, Gilvano Colombo, disse que vai se pronunciar sobre o caso apenas depois de ter acesso ao processo no TJ.

14 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ministro defende veto ao aumento do Judiciário

São Paulo - O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reforçou a opinião da presidente Dilma Rousseff e indicou que o reajuste médio de 59,49% para servidores do Poder Judiciário deve ser vetado no Palácio do Planalto. "O reajuste (aprovado no Senado) não está compatível com o reajuste fiscal. Isso deve ser motivo para o veto. A presidenta se manifestou sobre isso na viagem", disse Barbosa em entrevista hoje, em Brasília. As informações são da Agência Brasil.

Durante viagem à Itália, no último fim de semana, Dilma comentou a inviabilidade para a concessão de um reajuste como esse. "Estamos avaliando, porque é impossível o Brasil sustentar um reajuste daquelas proporções. Tem certas, certos valores, certas quantidades de recursos que algumas leis exigem, que são impraticáveis. O país não pode fazer face a isso."

De acordo com o Ministério do Planejamento, o aumento para 117,5 mil servidores ativos e inativos do Judiciário custaria R\$ 1,5 bilhão neste ano, R\$ 5,3 bilhões em 2016 e R\$ 8,4 bilhões, em 2017, até atingir R\$ 10,5 bilhões anuais a partir de 2018.

A presidenta trata do reajuste do Judiciário enquanto negocia com servidores do Poder Executivo. "Com o Executivo estamos em negociação. Estamos trabalhando, seguindo um cronograma para apresentar ao Congresso, até o final de agosto, o reajuste do Executivo", disse Barbosa.

A proposta do governo é aumento de 21,3%, divididos em quatro parcelas até 2019. Os trabalhadores pedem, para o ano que vem, um reajuste de 27,3% para repor perdas salariais desde 2010. Eles pedem ainda que o reajuste seja negociado anualmente.

14 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Projetos que reajustam salários de servidores são aprovados

Para entrar em vigor os projetos que reajustam em 8,17% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Tribunal de Contas estão dependendo agora somente da sanção do governador Beto Richa. Por outro lado, o projeto dispondo sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária (LDO) do exercício financeiro de 2016 retorna ao Plenário da Assembleia Legislativa nesta terça-feira (14), para ser votado em redação final.

Os quatro projetos relacionados à recomposição salarial dos servidores passaram na sessão plenária desta segunda-feira (13) da Assembleia Legislativa em redação final, concluindo o processo em Plenário, seguindo para sanção (ou veto) governamental. Todos eles estabelecem que seja aplicado o índice geral de 8,17% para a recomposição. ●

BEMPARANÁ

Aumento do Judiciário é inviável, diz Barbosa

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reforçou a opinião da presidenta Dilma Rousseff e indicou que o reajuste médio de 59,49% para servidores do Poder Judiciário deve ser vetado pelo governo. "O reajuste (aprovado no Senado) não está compatível com o reajuste fiscal. Isso deve ser motivo para o veto. A presidenta se manifestou sobre isso na viagem", disse Barbosa.

Durante viagem à Itália, no último fim de semana, Dilma comentou a inviabilidade de concessão de um reajuste como este.

"Estamos avaliando, porque é impossível o Brasil sustentar um reajuste daquelas proporções. Tem certas... certos valores, certas quantidades de recursos que algumas leis exigem, que são impraticáveis. O país não pode fazer face a isso."

De acordo com o Ministério do Planejamento, o aumento para 117,5 mil servidores ativos e inativos do Judiciário custaria R\$ 1,5 bilhão este ano, R\$ 5,3 bilhões, em 2016 e R\$ 8,4 bilhões, em 2017, até atingir R\$ 10,5 bilhões anuais a partir de 2018.

A presidenta trata do reajuste do Judiciário enquanto negocia com servidores do Poder Executivo. "Com o Executivo estamos em negociação. Estamos trabalhando, seguindo um cronograma para apresentar ao Congresso, até o final de agosto, o reajuste do Executivo", disse Barbosa.

A proposta do governo é aumento de 21,3%, divididos em quatro parcelas até 2019. Os trabalhadores pedem, para o ano que vem, reajuste de 27,3% para repor perdas salariais desde 2010. Eles pedem ainda que o reajuste seja negociado anualmente.

VAI VETAR

Mesmo após se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, a presidente Dilma Rousseff (PT) sinalizou que deve vetar projeto que reajusta o salário de servidores do Judiciário em até 78%. Em entrevista dada em Milão, na Itália, a presidente declarou que o reajuste é "impossível de sustentar". A medida traria impacto de R\$ 25,7 bilhões em quatro anos.

ENCONTRO

Dilma e Lewandowski se reuniram em Portugal na última terça-feira em escala feita pela presidente antes de ir pra Rússia. Segundo Dilma, o ministro pleiteou que não houvesse veto, mas, pra ela, a medida é "impraticável". A reunião não estava na agenda oficial da presidente. Segundo informações do "Blog do Camarotti", do G1, a reunião foi agendada pelo ministro da Justiça, que também estava presente. Lewandowski estava na cidade do Porto, onde participava de encontro entre juristas brasileiros e portugueses.

TORTURA

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou um homem a três anos e um mês de prisão por tortura contra a própria mulher, com quem era casado havia oito anos. A vítima sofreu violências em várias ocasiões, na frente de seus filhos. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Segundo a mulher, as agressões ocorriam pelo mesmo motivo. O marido pretendia obter dela uma declaração sobre suposto relacionamento extraconjugal. Em uma das sessões de espancamento, a mulher sofreu chutes, socos, tapas e foi ameaçada de morte.

13 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ - Quando omitidos, honorários advocatícios não podem ser cobrados em execução

Os honorários de sucumbência, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria. Com base nesse entendimento, já pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Terceira Turma negou recurso de uma produtora de filmes contra o dono de um imóvel.

A posição da turma foi amparada na Súmula 453 do STJ.